

HOMOFOBIA NA ESCOLA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Adriana Oliveira Bernardes¹

RESUMO

A LDB (1996) atribui à escola a formação de um aluno cidadão e tal formação pressupõe o entendimento de que existem direitos e deveres a serem respeitados. A questão da homofobia na escola, que exclui alunos LGBTQIA+ de se manifestarem livremente, colaborando também para a sua invisibilidade no ambiente escolar, merece discussões. A homofobia na escola, na maioria das vezes, coíbe o direito à educação, que é algo preconizado pela LDB. Devido à importância da discussão do tema, elaboramos uma pesquisa com o objetivo de obter a percepção de professores sobre a homofobia. A pesquisa foi feita com 27 professores, de ambos os sexos, da rede estadual do Rio de Janeiro, para os quais perguntamos se haviam presenciado alguma situação homofóbica na escola e, caso tivessem presenciado, pedíamos que relatassem como ela tinha ocorrido. Os resultados apontam que a maioria dos professores (57%) já presenciou situações variadas de homofobia e que podem ser categorizadas em: homofobia entre professor e aluno e entre aluno e aluno. Os dados mostram uma situação preocupante: muitos alunos sofrem na escola o que podemos chamar de violência de gênero.

Palavras-chave: Homofobia na escola; violência de gênero; Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A escola é e deveria ser lugar de convivência da diversidade na sociedade, sendo um local onde há necessidade de se oferecer ao estudante uma educação cidadã. Considerando que a Constituição de 1988 (1988) coloca a educação como um direito de todos, ações que inviabilizam e colaboram para que LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuado e demais orientações sexuais e identidades de gênero) não se manifestem devem ser coibidas no ambiente escolar e discussões sobre a homofobia que ocorre nas escolas tornam-se necessárias.

A homofobia, que expressa o medo, aversão e ódio a pessoas LGBTQIA+, é uma situação na qual se expressa a tentativa de se manter a heteronormatividade.

¹Doutoranda em Ensino e História da Matemática e da Física – UFRJ.

Segundo Foster (2001), a heteronormatividade está relacionada à reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentados pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal e constituição de família entre pai, mãe e filhos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) (1996) também justifica a importância da discussão trazida por este trabalho, já que enfatiza a formação cidadã do aluno. Dessa forma, como podemos dizer que a cumprimos se estudantes LGBTQIA+ sofrem, muitas vezes, exclusão no ambiente escolar, convivendo em condições de invisibilidade e violência?

Outra questão importante e que deve ser levada em consideração são as diretrizes da UNESCO para educação no século XXI, em que é colocado como diretriz, segundo Delors (2013), o aprender a viver junto, o que pressupõe que as minorias presentes no ambiente escolar deverão receber tratamento como o de qualquer outra pessoa e onde deverá ser incentivada uma convivência respeitosa.

Neste contexto, alguns autores ressaltam um crescente número de violência de gênero em nosso país, por isso a importância de se discutir a homofobia nas escolas, ainda que alguns autores não a considerem como violência de gênero. Em relação a essa questão, podemos considerar que:

O crescente índice de violência de gênero no Brasil, especialmente a homofobia, tem despertado o interesse em pesquisar o tema, sobretudo entre adolescentes, já que, segundo dados oficiais, a faixa etária que mais sofre com esta violência está compreendida entre os 15 e os 19 anos, exatamente em idade escolar e período de consolidação da identidade (MACEDO; GALVÃO, 2019, p. 1).

Os mesmos autores, Macedo e Galvão (2019), abordam que com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado através da Lei nº 8.069, de 1990, a escola assume importância sobre a noção de direitos e promoção de igualdade, e que deverá assegurar a integridade física e mental de crianças e adolescentes, porém, como citado, a faixa etária que mais sofre violência de gênero é a que se encontra ou deveria se encontrar na escola, entre os 15 e 19 anos.

A violência de gênero, presenciada na escola, também é discutida por Macedo e Galvão (2019), que afirmam que:

Assim, conforme dados de pesquisa realizada por Silva (2014), aponta a violência de gênero no ambiente escolar, especialmente contra a população transgênera, como um elemento presente e preocupante no ambiente escolar, refletindo, assim, uma tendência de toda a sociedade brasileira com relação à aceitação, naturalização e promoção da violência de gênero (p. 2).

Tal fato leva à possibilidade de que, uma vez saindo da escola, este processo permaneça, provocando uma naturalização da violência, quando tais indivíduos, adultos, estarão inseridos na sociedade, colaborando para a sua marginalização.

Outra questão importante em relação ao que ocorre nas instituições de ensino é a falta de liberdade para se expressar, que é discutida pelo autor a seguir:

A falta de liberdade para se expressar ocorre de tal maneira que é muito comum observar violências quando uma criança age em desacordo com o que se espera para seu gênero. É o caso de meninos que sofrem bullying por demonstrarem ser mais sentimentais, não demonstrarem agressividade, e/ou expressarem de modo mais meigo ou delicado seus sentimentos; e o caso de meninas que também sofrem bullying por se mostrarem pouco suaves ou mais agressivas ao que se espera para o sexo feminino, de modo a serem discriminadas quando expressam uma agressividade natural, mas que é logo denominada como “jeito de menino” (BOMFIM; MÁRQUES, 2016, p. 3).

Essas situações são muito comuns em salas de aula, principalmente em relação aos meninos, que frequentemente ouvem dos professores que devem andar ou falar como “homens”, sendo discriminados, caso insistam em manter esse comportamento. A reação do professor mostra, principalmente, um total despreparo para lidar com a diversidade.

Em relação à naturalização da violência de gênero na escola:

Agressões de diferentes formas se tornaram comuns no ambiente escolar. Esta naturalização da violência na escola traz a falsa ideia de que brigas, discussões e humilhações são coisas aceitáveis e que fazem parte dessa fase da vida das crianças e da rotina escolar (BOMFIM; MÁRQUES, 2016, p. 1).

Dentro da escola, entre alunos do sexo masculino, espera-se que não se relacionem com colegas que tenham comportamento diferente do que se espera de seu gênero e que também devem tratar com violência seus pares caso haja alguma tentativa de aproximação. As agressões, tão comuns na escola, podem ser: veladas, verbais ou

comportamentais, e o aluno que se enquadra no grupo LGBTQIA+ pode ser apenas excluído do grupo ou até mesmo agredido fisicamente, ou assassinado.

Letícia Carolina (2020) relata sentir-se alguém que causa medo, repulsa, estranheza em ambientes cis/hetero/branco/magro/normativos, e a escola também é um desses espaços, pois as pessoas que a frequentam apresentam estranheza em relação a todos que não se encaixem no que é considerado modelo, neste caso, o heteronormativo.

Neste contexto, Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011 apud Silva, 2019) esclarecem, em relação à intolerância a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais dentro da escola:

A intolerância homofóbica tem ampla representação nos espaços educativos, local onde o preconceito transforma a singularidade sexual de alguns alunos em alvo de violência. A homofobia expressa o medo, a aversão e ódio a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, de maneira a ridicularizá-los por não corresponderem à relação gênero-sexualidade atribuída aos seus órgãos biológicos. Isso reflete a tentativa de repressão visando à manutenção da heteronormatividade (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI; BESSA, 2011, p. 1).

No ambiente escolar, é comum que alunos LGBTQIA+ sejam ridicularizados ou invisibilizados, então, como poderão desenvolver com seus pares habilidades e competências para uma formação que os leve ao mundo do trabalho e que os faça adquirir o aprendizado das disciplinas? Como ficará a saúde mental desses sujeitos diante desse ambiente que, ao invés de acolhê-los, mostra-se tão hostil?

Com base nessas informações, Silva et al. (2016) discutem como o espaço escola/universidade precisa melhorar para uma formação cidadã do aluno:

É imprescindível pensar na escola e na universidade, enquanto instituição [*sic*] de ensino e local responsável pelo desenvolvimento da cidadania, como um local onde todas as diferenças entre os alunos sejam respeitadas, uma vez que percebe-se [*sic*] o aluno na sua integralidade, e isso inclui as diferentes sexualidades que os alunos podem manifestar ao longo da sua vida acadêmica (p. 2).

Precisamos considerar que ambiente escolar legitima determinadas identidades, colaborando para manter a heteronormatividade. Antes de tudo, o ambiente escolar precisa centrar na aceitação da diferença para que possamos ser bem-sucedidos em

outras questões, como a inclusão de LGBTQIA+ na sociedade. A questão é discutida a seguir:

Falam de um projeto para “preparar travestis e transexuais para disputar empregos”, e não deixo de pensar, como economista com alguma experiência profissional e por certo tempo desempregada ou subempregada (uma situação bastante privilegiada dentro do contexto das pessoas travestis), que a “preparação” do mercado de trabalho às diversidades é algo mais fundamental e relevante que a preparação das pessoas trans a este mercado (o que não torna, evidentemente, o acesso a recursos educacionais inútil; pelo contrário, especialmente se consideradas as discriminações existentes contra pessoas trans em ambientes escolares) (SIMAKAWA, 2015, p. 170).

A BNCC (2017, p. 351) também afirma a importância da discussão de gênero na escola, colaborando para mais inclusão dos alunos LGBTQIA+. Em uma de suas habilidades e competências, reforça a ideia de que é necessário selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Ainda em Macedo e Galvão (2019) é apresentada uma pesquisa na qual se conclui que a escola não está preparada para tratar o tema identidade e sexualidade de gênero e nem a questão da homofobia, e que as escolas tentam encobrir esse assunto o máximo que podem.

Neste trabalho, discutimos a questão da homofobia na escola e a percepção de professores do Ensino Médio.

OBJETIVOS

Obter a percepção de professores da rede estadual do Rio de Janeiro sobre a questão da homofobia na escola.

METODOLOGIAS

A pesquisa foi realizada com 27 professores dos Ensinos Fundamental e Médio da rede estadual do Rio de Janeiro.

A eles foi enviado questionário elaborado no aplicativo de gerenciamento de pesquisas Google Forms com duas questões, apresentadas a seguir:

- 1) Você já presenciou situações homofóbicas nas escolas?
- 2) Se presenciou, como foi?

A pesquisa realizada foi de cunho quantitativo e qualitativo. A pesquisa quantitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009), teve origem no pensamento positivista lógico, tendendo a enfatizar o raciocínio dedutivo, regras de lógica e atributos mensuráveis.

Já a qualitativa, segundo Godoy (1995), é um tipo de pesquisa importante quando é necessário estudar fenômenos relacionados aos seres humanos, sendo que o pesquisador vai a campo a fim de compreender o fenômeno que está estudando na perspectiva das pessoas envolvidas.

Ainda em relação à pesquisa qualitativa, Liz & Andrade (2016, p. 1) afirmam que “a mesma é adequada para compreender a complexidade dos fenômenos sociais por meio da análise e busca dos significados contidos nas ações e informações advindas das pessoas que participam do estudo”.

Uma pesquisa qualitativa pode ser documental, etnográfica ou estudo de caso, sendo este último o que realizamos neste trabalho, e Godoy (1995) esclarece que o propósito deste tipo de pesquisa é analisar intensamente uma determinada unidade social.

Em relação aos relatos sobre situações homofóbicas, foi realizada uma análise de conteúdo, segundo Bardin (1977). Todas as respostas dadas pelos entrevistados foram lidas e categorizadas, podendo ser divididas em duas categorias: homofobia professor/aluno e homofobia aluno/aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa foi realizada com 27 professores, de ambos os sexos, da rede estadual do Rio de Janeiro.

Sobre terem presenciado, ou não, situações relacionadas à homofobia na escola, os resultados obtidos são apresentados no gráfico da Figura 1:

Você já presenciou alguma situação na escola relacionada a homofobia?
respostas

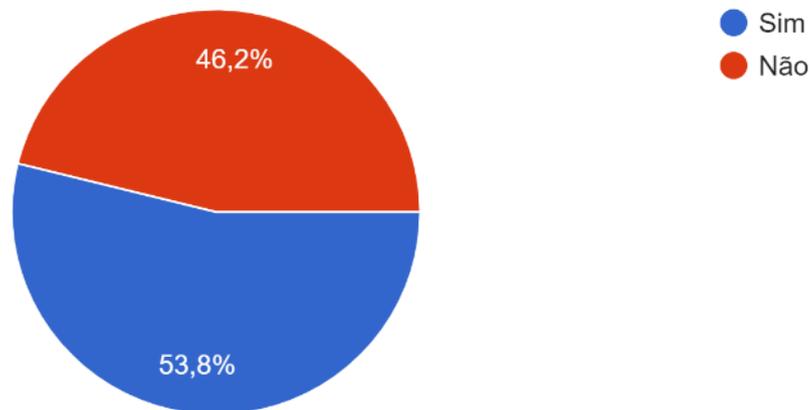


Figura 1 – Gráfico com percentual de professores que já presenciaram situações homofóbicas na escola.

Os relatos foram categorizados em: homofobia professor/aluno e homofobia aluno/aluno, sendo que 30% eram relacionados ao primeiro caso e 70% ao segundo.

Em relação à categoria homofobia professor/aluno, as declarações envolviam: “piadas” dos professores em relação a alunos trans; falas, em determinados contextos, em relação a alunos homossexuais; comentários sobre a necessidade de tais estudantes mudarem seu comportamento; e ações no sentido de convocar os responsáveis para coibirem esse comportamento na escola.

Em relação à categoria homofobia aluno/aluno, as declarações envolviam: imitação da fala e gestos dos colegas; insinuações em relação a alunos que fugiam ao modelo heteronormativo; insinuações de que eram gays; espancamento de colega na saída da escola, com afirmações de que não aceitavam em sua escola esse tipo de aluno;

crítica a alunos trans que frequentavam o banheiro dos homens; rejeição; deboche; ofensas verbais e constrangimento a casais de alunos homoafetivos que frequentavam a escola.

Sobre tais relatos de alunos, Joca (2016, p. 689) descreve em sua pesquisa situação semelhante e que demonstra a vulnerabilidade desse público:

As situações de vulnerabilidades relacionadas à sexualidade trazidas por estes sujeitos em seus relatos nos remetem a questões diversas sobre o modo como estes se percebem em seu cotidiano considerando as implicações decorrentes da experiência da homossexualidade e suas relações com a escola.

Ainda em Joca (2016, p. 686):

A vivência da homossexualidade na escola é considerada pelos jovens como “difícil” e está permeada por narrativas de violências caracterizadas por atos de agressões moral e/ou física. Xingamentos, deboches e humilhações são as atitudes mais mencionadas pelos jovens e geralmente são cometidos por colegas na escola.

Percebemos, então, que os relatos obtidos em Joca (2016) são semelhantes aos relatados neste trabalho, corroborando para a afirmação de que a escola não oferece uma formação cidadã a seus alunos, dificultando o desenvolvimento de alunos LGBTQIA+ de forma plena, como deve ser com todos que frequentam a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, a partir do desenvolvimento deste trabalho, que a situação vivenciada por alunos LGBTQIA+ nas escolas é extremamente complexa, com relatos sobre homofobia de professores, assim como de seus pares, alunos do Ensino Médio.

Apesar do número de professores que afirmam ter presenciado situações homofóbicas ser de apenas 53,8%, esses, em seus relatos, apresentam situações que ocorrem nas escolas e que envolvem todos os atores do ambiente escolar, implicando que a maioria fica ciente de tais ações.

Neste contexto, no qual a escola deveria acolher este aluno e apoiá-lo no momento em que se identifica como gay ou lésbica, ao contrário do que se espera, a

instituição de ensino reprova-o e discrimina-o, tentando manter o que chamamos de situação de heteronormatividade.

Consideramos importante, a partir do momento em que constatamos que a homofobia faz parte da escola, que sejam aplicadas leis que coíbam tais ações, no caso de alunos maiores de idade, o que pode ser feito também quando a homofobia envolver professores. É necessário, também, que se acione o ECA em casos de homofobia que envolvam alunos menores de idade, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem por atribuição proteger crianças e jovens em situações de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOMFIM, Thaís R.A.B; MÁRQUES, Fernanda T. **Violência de gênero no ciclo básico escolar**: um problema presente, com consequências constantes.
Disponível em: [38.pdf \(uniube.br\)](#). Acesso em 2 de julho de 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **ECA**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.
- DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a construir. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Julho 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 10 out. 2020.
- FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. *Letras: literatura e autoritarismo*, 49-53. Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.
- GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(4), 65-71.
- JOCA, Alexandre M. **Jovens na escola**: Da violência homofóbica à contracultura das diferenças. *In: Gênero e sexualidade: interfaces e discursos* [Livro eletrônico]/Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017. 9700 kb. - 937 p. il.

LIZ, Carla M; ANDRADE, Alexandre. Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, vol. 38, n. 3, Porto Alegre, jul/set. 2016.

MACEDO, Fabiana F.; GALVÃO, Sheylla de K. **Homofobia em escolas do Cariri Paraibano**. In: *Gênero e sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos* [Livro eletrônico]. Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017. 4230kb. 313 p.: il.

NASCIMENTO, Letícia C.P. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *INTER-LEGERE* | Vol. 3, n. 28/2020: c21581.

XAVIER, Paulo Alves et al.. **Reflexões sobre o impacto da homofobia no processo de aprendizagem ao longo da formação de professores**. Anais IV DESFAZENDO GÊNERO, Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64219>>. Acesso em: 16/08/2021 14:09

SIMAKAWA, Simone V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2015. 244p.